
Bairro negro, quilombo urbano: reflexões sobre a formação das cidades a partir do Conjunto Jardim União, Fortaleza

Black neighborhood, urban quilombo: reflections on the formation of cities from the Conjunto Jardim União, Fortaleza

Ana Larisse Santos Barbosa, Frank Andrew Davies e Guilherme Marcondes dos Santos



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/pontourbe/13862>

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Ana Larisse Santos Barbosa, Frank Andrew Davies e Guilherme Marcondes dos Santos, «Bairro negro, quilombo urbano: reflexões sobre a formação das cidades a partir do Conjunto Jardim União, Fortaleza», *Ponto Urbe* [Online], 30 | 2022, posto online no dia 20 janeiro 2023, consultado o 25 julho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/13862>

Este documento foi criado de forma automática no dia 25 de julho de 2024.



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

Bairro negro, quilombo urbano: reflexões sobre a formação das cidades a partir do Conjunto Jardim União, Fortaleza

Black neighborhood, urban quilombo: reflections on the formation of cities from the Conjunto Jardim União, Fortaleza

Ana Larisse Santos Barbosa, Frank Andrew Davies e Guilherme Marcondes dos Santos

NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em 18/11/2022 / Original Version 18/11/2022

ERRATA

Aceitação / Accepted 18/12/2022

Introdução

- ¹ O presente artigo se origina da pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2020 e 2022 no Conjunto Jardim União, bairro da cidade de Fortaleza-CE, Brasil (Barbosa, 2022). A partir desse trabalho investigativo e do diálogo entre os autores em torno da história urbana da localidade, pretendemos neste texto apresentar o Jardim União enquanto um "caso particular do possível" na produção das cidades contemporâneas¹. Identificando aspectos dessa dinâmica, partimos do argumento de que tais processos e lógicas de ocupação são próprias de um dado contexto espaço-temporal, articulado a

um passado colonial e a atualização de mecanismos de manutenção das desigualdades com base na noção de raça.

- 2 A despeito do desinteresse sistemático de pesquisas sobre o Jardim União e as muitas áreas habitadas em maioria por pretos e pardos, nos últimos anos debates sobre a relação entre fenômenos urbanos e classificações raciais têm se intensificado, abrindo caminho para reflexões até então pouco realizadas. A partir da descrição e análise da história da localidade, parte da região sul de Fortaleza, capital do estado brasileiro do Ceará, fazemos neste artigo um exercício reflexivo em torno do acionamento das categorias *bairro negro* e *quilombo urbano* para caracterização desse espaço. Que sentidos teóricos e rendimentos analíticos são alcançados pela perspectiva de racialização da produção urbana? Como pensar a formação de bairros populares, conjuntos e favelas, mas também de nichos de classe média e condomínios de alta padrão, enquanto fenômenos organizados como distinção entre grupos brancos e não brancos?
- 3 O Conjunto, construído em regime de mutirão, surge como forma de organização que torna possível a própria vida do grupo no espaço, se aproximando do sentido de "quilombo" enquanto sistema alternativo em diálogo com as condições dominantes e que cumpre função de autodefesa daqueles ali integrados. Explorar as continuidades entre essas formações socioespaciais suscita tratar o Jardim União como "caso bom para pensar" (Geertz, 1989) uma série de temas e questões urbano-raciais, em parte formuladas como hipóteses pela historiadora Beatriz Nascimento (2006, 2021) e que são aqui retomadas. Uma formação histórica baseada no empreendimento colonial e na organização fundamentada em hierarquia por critérios de raça são marcas presentes de variados contextos urbanos, refletidos também no Jardim União e na vida de seus habitantes.
- 4 Nesta investigação, a história local foi resgatada a partir de um arquivo vivo. As memórias das pessoas que fundaram o Conjunto são referência central para este levantamento investigativo, em particular pela falta de informações oficiais e até mesmo dos veículos de comunicação sobre o lugar. Por efeito, nos contrapomos à historiografia formal que considera por válido apenas o que está escrito e documentado, ao invés disso valorizando o registro de moradoras e moradores que estão vivos e participaram das primeiras iniciativas de construção da localidade.
- 5 Contaremos um pouco sobre a história do bairro a partir dos relatos de Railda Girão, Rogers da Silva, Maria Lúcia Alexandre e José Rosa de Andrade (que é conhecido e prefere ser chamado de Márcio), visto que compuseram as Sociedades Comunitárias Habitacionais Populares (SCHP) que viabilizaram a construção do Conjunto. Falaremos sobre as lutas por condições básicas de moradia, as dinâmicas internas da comunidade e seus processos de resistência e luta para viver na cidade de forma digna.
- 6 A entrevista com Rogers da Silva, Maria Lúcia Alexandre e José Rosa de Andrade² foi realizada no dia 19 de janeiro de 2021, quando estiveram juntos numa sala da sede da SCHP Jardim União. No momento da conversa, diante da quantidade de informações, foi pedida a autorização para a gravação das narrativas, ao que todos concordaram. O clima era de conversa informal, conduzida pontualmente a partir de perguntas norteadoras.
- 7 A entrevista com Railda Girão aconteceu no mesmo dia, mas pelo *WhatsApp*, pois a mesma informou que estava com problemas de saúde e, por conta da Covid-19, não gostaria de ter contato com outras pessoas. De todo modo, Railda se mostrou disponível

para prestar todas as informações através de mensagens de voz. Foi solicitado que ela relatasse um pouco sobre a fundação do Conjunto Jardim União II, e Railda respondeu com longo registro de áudio, contando o que recordava. As primeiras informações deixaram algumas lacunas, as quais foram respondidas em mensagens de voz subsequentes.

- 8 Através dessas informações e das análises que partiram delas, o artigo se divide nas seções a seguir. A primeira delas, "Notas sobre raça e cidade", traz discussões teóricas sobre os enquadramentos do urbano pelas dimensões raciais por meio dos problemas das cidades. A segunda seção, "A história de um Conjunto (e) de Fortaleza", faz um rápido histórico da cidade, assim como aprofunda a origem do Conjunto Jardim União a partir da narrativa de seus fundadores, dialogando com os poucos registros jornalísticos, acadêmicos e de órgãos oficiais. Na terceira parte, "Mutirão e quilombo enquanto formas de fazer cidade", refletimos sobre o modelo de construção do Conjunto e sua aproximação com a ideia de quilombo, evidenciando que os quilombos se realizam por meio de relações complexas e imbricadas às possibilidades de sobrevivência e realização da vida por parte da população negra, assim como o Conjunto analisado. Finalizamos com as últimas considerações, retomando as principais questões suscitadas pela pesquisa e que apontam reflexões a desenvolver a partir deste caso e das possibilidades de tomar as questões urbanas sob o prisma das relações raciais, e destas pela perspectiva urbana.

Notas sobre raça e cidade

- 9 Levando em conta abordagens teóricas desenvolvidas no âmbito das Ciências Humanas, é possível reconhecer que os enquadramentos sobre o fenômeno urbano mantiveram persistente silêncio quanto às questões raciais. Contudo, debates científicos movimentados nas últimas décadas realizaram intensas revisões de seus fundamentos, naquilo que tem sido chamado de "viradas epistêmicas". Acionadas por discussões da filosofia da linguagem a partir dos anos 1960, essas "viradas" têm se desdobrado sobre temas e problemas sociais como "expressões de insatisfação com as diretrizes epistêmicas vigentes" (Freire-Medeiros; Corrêa, 2020, p. 71).
- 10 Viradas de diferentes tipos (cultural, interpretativa, pragmática, ontológica, espacial) têm agrupado um conjunto múltiplo de críticas e proposições formuladas a respeito do que era concebido como "teoria social geral", formulada com base em princípios de tempo-espço e forma-matéria originadas em um lugar geográfico específico.
- 11 Mapeando o estudo das cidades à luz das classificações raciais, os anos de 1970 marcaram o início de um "novo movimento teórico" no qual os paradigmas interpretativos "gerais" alcançaram um grau de esgotamento frente ao fôlego de análises de tipo empirista, motivadas pela tradição sociológica norte-americana e as contribuições pós-estruturalistas vindas da França (Alexander, 1982). Nesse cenário intelectual, algumas pesquisas têm buscado a reparação de limites e perseguido um caráter analítico multidimensional, enquanto outras têm se desprendido de antigos referenciais, fomentando olhares e temáticas inéditas na condução de suas investigações.
- 12 Nesse escopo, já no fim dos anos 1960 Henri Lefebvre (2001, p.62) definia o urbano como um "conjunto de diferenças entre as cidades", resultado dos efeitos da história, da

divisão social do trabalho e das expressões de singularidade presentes nos modos de viver e habitar os espaços. Deste modo, as cidades são compreendidas sob sua abordagem como “(...) um tempo, ou vários tempos, ritmos”, sobrepostos à experiência do cotidiano.

- 13 Ainda que considerasse os espaços enquanto processos sociais e, por isso, justificasse ser este assunto relevante para pesquisas científicas, Lefebvre e autores do campo da virada espacial optaram por privilegiar determinados aspectos e dimensões sociais em detrimento de outros. Chaves interpretativas que apresentavam os espaços como realidades heterogêneas, no plano teórico operaram pela valorização de apenas determinados aspectos na configuração desses mosaicos.
- 14 A despeito do caráter pluralista que marca a leitura lefebvriana de cidade, inspiradora para o desenvolvimento de outras perspectivas e interpretações sociológicas, o apagamento da discussão racial persiste enquanto componente dessa definição conceitual. Neste caso, o que não é dito se revela ainda mais explícito se levarmos em conta o contexto da época do autor, marcado pela luta dos movimentos negros por direitos civis nos Estados Unidos e nos seus desdobramentos em outros cenários, motivados por manifestações de grupos inspirados na busca pela igualdade racial até mesmo na França, a partir da política de imigração para reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Ao subsumir essa pauta da reflexão em torno do direito à cidade, o filósofo e sua geração acabaram contribuindo com o prolongamento das formas de silenciamento das experiências raciais no espaço urbano, atrasando reflexões tocadas *a posteriori*.
- 15 Ao apontar o silêncio sobre a temática, não se pretende dizer com isso que as cidades já não eram vistas "em cores", mas que a discussão racial até então não havia sido considerada relevante para as teorias sobre a produção dos espaços. Com ressalvas³, até então as assimetrias raciais na vida urbana haviam sido analisadas enquanto efeitos transitórios e residuais de outra ordem: nas Américas, hierarquias raciais foram lidas por muito tempo como resultados da escravidão, enquanto na Europa figuravam expressão das dinâmicas de integração das populações imigrantes. Tais perspectivas são parte da aposta de autores sobre uma abordagem teórica, no caso de Lefebvre, na explicação marxista por meio da classe e da centralidade do tema da organização do trabalho. Sem levar em conta aproximações e sobreposições entre formas de desigualdade, a discussão sobre o urbano foi reconfigurada por essa "virada epistêmica", mantendo certos interditos em nível teórico e analítico.
- 16 No contexto brasileiro, também a partir de relevantes exceções⁴, é possível considerar que as cidades foram tematizadas por categorias raciais apenas nos anos 1970, através de trabalhos envolvendo pesquisadores universitários e integrantes dos movimentos negros. No caldo de experimentações que fermentavam os "movimentos populares" do período (Doimo, 1995), projetaram-se lideranças intelectuais da militância negra como Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. Em suas obras, o lugar do negro, o caráter político e simbólico dos quilombos e o papel que desempenham na organização de sistemas sociais alternativos foram trazidos à primeira ordem de análise (Nascimento, 1980; Moura, 1981; Gonzalez, 2020; Nascimento, 20006, 2021). Contudo, a posição institucional desses pesquisadores e a recepção de seus escritos revelam de modo explícito a condição subalterna em que foram enquadrados por seus contemporâneos, em ação reiterada de marginalização e silenciamento da discussão.

- 17 Desde os anos 2000, entretanto, temas raciais têm sido mobilizados em estudos urbanos por meio de investigações que retomam problemas e perguntas formuladas em período anterior, avançando na produção de dados e veiculação de resultados. A partir de campos de conhecimento distintos, essas investidas têm ampliado discussões em torno das formas de presença negra nos espaços urbanos, contribuindo de modo original para o debate a respeito das condições de formação e gestão das cidades contemporâneas (Silva, 2007; Oliveira, 2008; Cunha Junior, 2007, 2020a, 2020b; Garcia, 2009; Santos, 2012; Ramos, 2013).
- 18 No diálogo com esses trabalhos, destacamos o acionamento criativo de categorias no trato dos fenômenos espaço-raciais. Em parte, esses autores têm formulado outros sentidos a termos referidos a lugares de presença da população preta e parda e nesse esforço apontado para os significados analíticos de categorias tratadas até então como descritivas. "Favela", "conjunto" e "periferia", por exemplo, têm sido revisitados a partir do peso racial que carregam às categorizações do urbano. Nesses trabalhos, questionamentos ressoam reflexões do período anterior: de que maneira as desigualdades urbanas têm impactado a vida das populações negras? Quais são os efeitos da raça nas configurações das cidades?
- 19 No percurso aberto por esses trabalhos investigativos, críticas e proposições têm sido lançadas aos estudos urbanos. De forma convergente, tais análises têm indicado a revisão da própria concepção de espaço e tempo baseada no pensamento cartesiano, entendendo que as experiências de grupos racializados têm sido marcadas por dinâmicas complexas de continuidade e ruptura em relação à temporalidade caracterizada pelo princípio de separabilidade e sequencialidade (Ferreira da Silva, 2019). Nesse sentido, a escravidão e o próprio quilombo têm sido repensados e incorporados às leituras sobre a atualidade, costurando entendimentos em torno das experiências associadas às identificações por raça.
- 20 O termo *bairro negro*, trabalhado pelo pesquisador Henrique Cunha Júnior (2007, 2020a, 2020b), caracteriza o espaço das cidades a partir da classificação racial de seus habitantes, alçando ao primeiro plano um aspecto pouco elaborado em termos empíricos e teóricos. Segundo o autor, mais do que lugares marcados por uma presença racializada, a categoria trata de um conjunto de experiências locais que passam ao largo de padrões e princípios eurocêntricos do planejamento urbano aplicados às áreas majoritariamente ocupadas pela população branca. Nesse quadro, o *bairro negro* guarda significado próximo ao de "não lugar" nas ideias urbanísticas, espaço e efeito das desigualdades produzidas pelo modo racializado de ordenamento das cidades.
- 21 Nessa mesma ideia, Bhabha (1998), ao pensar em territorialidades transitórias percebe que alguns grupos tendem a se reorganizar após um momento anterior de desterritorialização, seja por exclusão, escravidão, sobrevivência ou outras motivações, mas que teriam como cerne ranços imediatos ou sutis da dominação colonizadora e civilizatória que impõem modos de vida e de fazer social. Os *entre-lugares* podem ser tidos como possibilidades de recriação, revisão e formação de diferentes arranjos sociais, muitas vezes articulando estratégias atuais com táticas mais antigas, rompendo com a noção de linearidade colonial e colocando a realidade como articulada e plurilocalizada (Agier, 2001).
- 22 A realidade construída transversalmente por articulações que lançam mão de bagagens culturais é também a perspectiva sob a qual os espaços de fronteira são compreendidos enquanto referências e contestações. Os *entre-lugares* são construídos de forma

intersubjetiva e interdisciplinar. A partir deles, surge uma “solidariedade afiliativa” que perturba a civilidade padrão, criando zonas diferenciadas a partir de “uma invenção criativa da existência”, podendo ser uma criação consensual ou conflituosa (Bhabha, 1998, p. 29). Esse processo de construção transversal se torna mais explícito com a globalização e a ampliação de contato entre diferentes culturas, o que impacta na identidade desses grupos. Desse modo, essas questões devem ser consideradas não como dimensões fixas ou imutáveis, mas como “processo identitário” presente nas fronteiras e nos contatos (AGIER, 2001).

- 23 Temos, portanto, que os *entre-lugares* podem ser lidos como microrrealidades, ou, em diálogo com Michel de Certeau (1998), micropolíticas. O autor afirma que é importante entender que existe a criatividade da pessoa comum e que as suposições podem ser contestadas no campo, ou seja, podem existir táticas dos grupos que promovam atualizações nessa estrutura e criem possibilidades de ruptura na dinâmica entre dominantes e dominados. Essa compreensão se faz presente quando pensamos sobre o movimento do urbano, conscientes de que se produzem tensões entre hegemonias e subalternidades, estratégias e táticas. O nível micro da análise social não ignora o aspecto macro, mas para além das estruturas, há um conjunto de ações que podem e tem sido tecidas, ressignificadas e até impactando a ordem imposta.
- 24 Ao associar formas desiguais de acesso, moradia e circulação no espaço urbano a grupos raciais, Cunha Júnior aponta que os brancos em maioria se concentram e usufruem a cidade construída formalmente e de maneira racional, enquanto à população preta, parda e indígena são reservadas as ocupações e loteamentos informais. No prolongamento desse padrão, é possível reconhecer a eficácia na manutenção das hierarquias no curso do tempo. Para o autor,
Essa sistemática social pode ser considerada como parte do processo de desqualificação social da população negra e ato de prática do racismo antinegro. Porém, independente da nomenclatura utilizada, o uso dessa proposição [*bairro negro*] nos ajuda a explicar a produção de desigualdade entre as populações negras e brancas na sociedade brasileira devido ao desenho urbano das nossas cidades (Cunha Júnior, 2020a, p. 24).
- 25 Ao atribuir ao termo “bairro negro” uma configuração típica das cidades, cabe reconhecer nesse esforço outra interpretação, ou ao menos uma ênfase distinta que recai nas análises sobre o tema das periferias urbanas. Já há algum tempo a categoria “periferia” tem sido mobilizada para além do sentido geográfico de áreas afastada ao centro, encontrando significados próximos ao de antítese da cidade e de seu ideal de bem-estar, como atesta José Souza Martins (2008) em texto em que aborda o termo em contraste ao de “subúrbio”.
- 26 Para o sociólogo, ao longo dos anos 1970 e 1980 os estudos urbanos foram substituindo o termo “subúrbio” pelo acionamento da categoria “periferia”, justificados pelo interesse em tornar inteligível a produção de um padrão precário de moradia e urbanismo. Nessa distinção, o “subúrbio” figura o “(...) espaço da ascensão social, diferente da periferia, que é o espaço dos confinamentos nos estreitos laços da falta de alternativas de vida” (Martins, 2008, p. 51).
- 27 É certo que cientistas sociais têm participado de categorizações do urbano como “subúrbio” e “periferia” (Guimarães & Davies, 2018), ao passo em que esses termos acumulam sentidos conforme os enquadramentos do debate, contudo é também ofício desses cientistas destacar movimentos de permanência e ruptura que acompanham os

acionamentos desses termos. Ainda que esteja presente em análises sobre diferentes temas e contextos sobre as cidades⁵, a categoria periferia tem estruturado discussões e práticas voltadas em particular a territórios e populações situados "à margem", neste caso não em sentido físico em relação à urbe, mas frente à posição que ocupam no quadro político e de ordenamento destes espaços.

- 28 Cunha Junior complementa, então, o sentido atribuído às periferias a partir do conceito de bairros negros, "(...) lugares à margem do pensamento e da prática de urbanização, portanto fora do desenho urbano e sem investimentos proporcionais à densidade da população, sem um reconhecimento da importância da forma urbana das populações negras" (op. cit., p. 23). Ao dimensionar territórios periféricos enquanto "negros", o autor inscreve outra dimensão de análise ao acionamento da categoria, trazendo à tona processos e problemáticas ocultas ou pouco levadas a sério nesse campo investigativo.
- 29 Como vimos, a condição de margem frente à institucionalidade urbana tem orientado o acionamento da ideia de periferia, fazendo comunicação direta com a percepção de "ausência do Estado", mobilizada em discursos de denúncia das precariedades e assimetrias socioespaciais. Seguindo autoras como Veena Das e Deborah Poole (2004), entretanto, as *margens do Estado* podem ganhar contornos conceituais mais nuançados ao levar em conta formas situadas e criativas de gestão em nome do Estado ou como Estado.
- 30 Sob certa chave fenomenológica que se comunica com essa perspectiva, é possível dialogar com a ideia de agenciamento urbano (Agier, 2015, 2011), entendendo que o urbano é formado por disputas diversas onde, apesar da normatividade deste espaço, é possível uma apropriação diferenciada pelos usos, contra-usos e novos arranjos. Assim, as margens podem ser formadas e ocupadas de diferentes maneiras, incidindo não apenas sobre territórios, mas também sobre práticas e corpos que ocupam a condição de meio e fim desses agenciamentos.
- 31 Uma vez que os espaços são atravessados por lógicas de dominação e conflitos, a definição de periferia como bairro negro produzido às margens do Estado não pode deixar de considerar que essa instituição é em si mesmo racializada. Segundo Paterniani (2016, p. 3), a *branquidade do Estado* se expressa por meio dos "(...) vínculos entre os diferentes tipos de racismo presentes em algumas práticas e concepções estatais", ou seja, ações realizadas por meio do Estado reforçam as hierarquias de cunho racial, e "(...) se o que é não branco não pode existir, o Estado, em sua branquidade, é um sujeito atuante nesse impedimento da existência".
- 32 Em pesquisa realizada em São Paulo, a autora analisa a branquidade do Estado através de dois aspectos entremeados à vida nas cidades: as políticas urbanas e as ações de repressão policial. Considerando o ordenamento racializado envolto nessas práticas, a autora inspira a interpretarmos as ações políticas sob outra chave analítica. Neste artigo e a partir de distinto material empírico, a branquidade do Estado é pensada a partir da formação e gestão de um bairro negro, o Conjunto Jardim União em Fortaleza. No esforço de reconstituir a história urbana do Conjunto, interessa-nos tracejar as condições de produção do espaço, reconhecendo agentes, técnicas e processos realizados. Ao sobressaltar dimensões implicadas na formação desse território urbano, interessa-nos reconhecer por um lado as práticas de cunho racista que conformam a branquidade do Estado e, por outro, os modos solidários que têm dado forma a uma localidade chamada União.

- 33 Na próxima seção recuperamos aspectos da história da cidade de Fortaleza e, em especial, dessa localidade. Apresentamos os moradores e seus relatos associados à experiência de construção de casas e instalação de serviços urbanos por meio de mutirão. Antes das Considerações Finais analisamos de modo mais atento alguns aspectos da produção da Conjunto, levando em conta as redes de aproximação e vínculo que realizaram o bairro negro vivido e ocupado como *quilombo urbano*.

A história de um Conjunto (e) de Fortaleza

- 34 Inicialmente, ao buscar registros da formação do Conjunto Jardim União, esta pesquisa encontrou escasso material produzido e documentado por fontes oficiais como arquivos públicos, bibliotecas, acervos de imprensa e bancos de produções acadêmicas. Em certa medida, se repete, neste caso, um padrão da historiografia das periferias e bairros negros, preteridos nas políticas urbanas e também nos estudos e levantamentos sobre a cidade, bem como nos veículos de comunicação, que notabilizam esses espaços apenas quando o assunto em pauta é a violência nas cidades ou, ainda, a precariedade de serviços públicos.
- 35 Desse modo, ao investigarmos a história do Conjunto Jardim União nos diferenciamos de uma série de práticas usuais do campo dos estudos e pesquisas sobre as cidades. Para realizar tal movimento, foi necessário sob o ponto de vista metodológico tomar os fatos a partir dos relatos de seus moradores, pessoas que construíram a localidade na busca por moradia na cidade.
- 36 Localidade do bairro Passaré, o Conjunto Jardim União foi criado em uma área não loteada do sítio de mesmo nome, quando urbanizado em 1967. Segundo Rangel (2020), por meio de concessão da Coroa Portuguesa, o terreno pertenceu desde 1810 à família de um fazendeiro e comerciante português. O desmembramento em lotes menores serviu inicialmente à própria família do fazendeiro, sendo adquirida a porção do sítio pela família Girão nos anos 1940. Esses últimos lotearam a área, cujo nome significa em tupi "lagoa do atalho", por ser esse o caminho mais curto entre as regiões da Parangaba e Messejana.
- 37 Afastada do centro histórico de Fortaleza, situado na porção sul de uma cidade nascida no extremo norte, Passaré e o nosso Conjunto revelam um passado urbano de apenas algumas décadas, em contraste com a história de formação da cidade, fundada como vila por Carta Régia em 1726.
- 38 Seguindo a lógica de empreendimento colonial, a origem da cidade cumpriu o interesse pela defesa territorial, o que se confirma no próprio nome com que a vila ficou conhecida. Palco de disputas entre portugueses e holandeses no século 17, Fortaleza encontra até hoje dissensos no imaginário oficial acerca de sua fundação, expressando disputas simbólicas entre grupos políticos e intelectuais (Maciel, 2013). Seja onde for o "marco zero" da cidade, é verdade que suas primeiras formas urbanas foram, igrejas, fortes e engenhos, em dinâmica de ocupação contínua do litoral em direção ao sertão, e que tomou a cidade como lugar privilegiado de concentração das atividades econômicas.
- 39 É certo que o porto de Fortaleza iniciou suas atividades apenas no século 19, e que até esse período a cidade pouco se expandiu apesar de ter se tornado capital com a separação das Capitanias de Ceará e Pernambuco em 1799. Todavia, a expansão das

exportações trouxe efeito ao mercado de terras, que após mudanças a partir da Lei de Terras de 1850⁶, realizou seu planejamento urbanístico orientado pelas diretrizes parisienses da "boa cidade" por meio de arruamentos de traços retos e retangulares. Aplicando o desenho de xadrez a áreas contíguas ao núcleo original da cidade, em 1875 é desenhada a "Planta Topográfica da Fortaleza e Subúrbios", colocando em prática o sonho da cidade racional e planejada sobre as áreas centrais e próximas ao litoral (Cf. Matos, 2011).

- 40 Ao passo em que a cidade formal cresceu pela abertura de ruas retificadas e construções de pontes, praças, escolas, biblioteca, cadeia e até mesmo Passeio Público e Santa Casa, é também verdade que grande parte das pessoas recém-chegadas não foram incorporadas a esses espaços. Grandes fluxos de migração vindos do interior⁷ ocuparam áreas que não haviam sido desenhadas pelas pranchas de urbanistas. Várzeas de rio, brejos alagadiços, dunas, morros e mangues acolheram grande parte dos que chegavam em busca de moradia e melhores condições de trabalho, fugidos da seca e dos campos de concentração que o Estado criava como forma de contenções⁸.
- 41 Nos anos 1960 se deu a efetiva ocupação da orla da cidade por parte da elite local, capitaneada pela urbanização do bairro da Aldeota. Realizado sob financiamento de famílias ligadas à história do tráfico de escravizados no estado (Ferreira Sobrinho, 2009), a Aldeota preserva até hoje a marca do "luxo" na cidade, como eternizado em uma música popular lembrada por Mattos⁹ (2022).
- 42 Assim como a Aldeota, a formação do bairro Passaré se integra às dinâmicas de transformação da vida econômica e social realizadas em nível local. Com a intensificação das atividades urbanas no início do século 20, a administração municipal projetou o crescimento da cidade levando a uma ocupação diversificada sobre as áreas suburbanas. Atualmente o Passaré tem na porção norte e noroeste seu nicho mais valorizado pela racionalidade urbanística, no limite com os bairros Itaperi e Castelão estão localizados condomínios de apartamentos e casas de luxo, ruas pavimentadas e variadas opções de lazer e entretenimento. Já a porção sul do bairro se caracteriza pela ocupação urbana fora dos registros formais. Dessa maneira, o bairro apresenta distintas paisagens à distância curta de uma ou duas ruas, em nítidas imagens das desigualdades que dão forma à cidade, conforme figura abaixo (Figura 1), onde no círculo amarelo podemos ver a área do Conjunto Jardim União, configurada por casas adensadas e ruas estreitas, enquanto no círculo azul estão os condomínios da região e equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde.



Figura 1 - Bairro Passaré, onde se localiza o Conjunto Jardim União (em amarelo)

Fonte: Reprodução Google Maps, inscrição dos autores

- 43 Por meio dessas diferenças, agentes que atuam em nome do Estado seguem reforçando as assimetrias por meio de atributos normativos. Um documento intitulado “Fortaleza 2040, olhar dos bairros”¹⁰ foi produzido pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) e publicado em 2015, caracterizando o Passaré e indicando seus “pontos fracos” e “fortes”:

O bairro caracteriza-se pela existência de pequenos comércios e indústrias; poucas escolas; dois postos de saúde; iluminação pública ruim; faltam praças, lazer, segurança e saneamento básico. Principais marcos: Arena Castelão e Vila Olímpica; Hospital Sarah Kubistchek; Comunidade do Cal; Escola Paulo Sérgio de Sousa Lira; Capela São Joaquim e Santa Ana (67 anos); Sítio Passaré. Recursos naturais: Rio Cocó (poluído). Muitas casas sem estrutura construídas às margens do rio Cocó (aterramento prejudicando sua conservação). *Pontos fortes*: construção da Arena Castelão; desenvolvimento do comércio ao longo da Avenida Paulino Rocha; ocupação do terreno onde se localiza a comunidade do Cal; Arena Castelão e Vila Olímpica; supermercados; Hospital Sarah Kubistchek. *Pontos fracos*: postos de saúde sem médico, sem remédios, sem dentista; ausência de sinalização para pedestre nas grandes avenidas; falta de moradia, lazer, saneamento, segurança e pavimentação de ruas; falta de transporte público, principalmente no final de semana; prostituição. (FORTALEZA, 2015, p. 55, grifos nossos).

- 44 Analisando o trecho acima, é possível reconhecer que, para os planejadores da cidade, os “pontos fortes” estão na infraestrutura e nos usos considerados virtuosos para o “desenvolvimento do comércio”, ao passo que “pontos fracos” são associados às ausências de infraestrutura e serviços, além de formas de ocupação tidas por inapropriadas, como “prostituição”.
- 45 Sob a perspectiva dos que habitam e fazem a localidade, a narrativa do jovem artista Helder Cunha¹¹, também conhecido como *blackout* (blecaute) evidencia uma faceta distinta do território. Em uma publicação no *Instagram* em setembro de 2020¹², o artista e morador das proximidades do Conjunto Jardim União descreve a localidade partindo de um dos seus lugares mais conhecidos, os Centros Socioeducativos do Passaré - antiga Fundação para o Bem-Estar do Menor (FEBEM) - inaugurada ali em 1968:

(...) esse é ponto de referência do meu bairro, quando falo onde moro dizem que é local dos 'menino bom', a ironia de quem vê o fim e não vê o meio já não me afeta. Na *minhazarea*, o contraste está cada vez maior, a cada mandato, a cada condomínio criado, cada nova construção é uma destruição ambiental que nos empurra como animais para territórios inabitáveis.

- 46 Contra a "ironia de quem vê o fim e não vê o meio", a fala de Helder/*blackout* denuncia o modo com que moradores da localidade são reconhecidos na relação com os que habitam a cidade planejada. No jogo de suspeição que enfrentam, os jovens são especialmente contaminados pelas representações do crime. Em oposição a condomínios e construções de "luxo", o artista faz um relato afetivo acerca dos espaços malvistas da cidade e que lhe são próximos, mantendo a maneira como é chamada por décadas a instituição dos "menino bom", por exemplo. Segue o artista:

A FEBEM é rodeada de vida, logo à frente há um grande campo de futebol, onde aqueles que não puderam se profissionalizar no esporte jogam sério como se cada jogo fosse a final de copa do mundo. Dividindo paredes com o depósito de menores abandonados pelo Estado, há o Projeto Espaço Viva Gente, que ajuda crianças e adolescentes a se profissionalizar. Do outro lado há a Escolinha do Bangu que é onde adolescentes ainda sonham. Em dias de folga, os animalizados presos correm pelo campo recordando velhos sonhos de ser jogador de futebol enquanto driblam os adolescentes que ainda sonham, driblam seus primos, amigos, irmãos. Canela fina cinzenta, hoje o zagueiro é gigante e segura um cospe fogo, um berro que berra e mata e ninguém ouve, ou finge não ouvir para sua própria segurança.

- 47 Outro exemplo de que "a FEBEM é rodeada de vida" são as ruas do Jardim União, que não deixam esquecer aquelas e aqueles que contribuíram para que o lugar se tornasse espaço de moradia. Outros elementos comemorados pelo nome das ruas são as datas que marcaram essa história de "luta". A rua Argentina Pinheiro Torres traz no nome a lembrança da esposa de um dos articuladores do mutirão das casas. Já a Maria Mirtes Pereira faz homenagem à moradora que morreu atropelada quando vinha para a obra. A rua 2 de Maio, assim como a escola que recebe este nome, relembra o dia em que as casas do Jardim Castelhão foram deixadas para trás e o grupo assumiu a construção do Jardim União, enquanto a 28 de agosto tem este nome em memória ao dia da inauguração da primeira etapa do Conjunto.
- 48 A história do Jardim União é a história de um mutirão realizado no contexto de democratização do Estado brasileiro, se levamos em conta que é nesse momento que as populações negras são consideradas pela primeira vez como sujeitos de direitos (Gonzalez, 2020). A formação do Conjunto, portanto, desvela dinâmicas possíveis de produção dos bairros negros em nossas cidades, a despeito de se constituírem como "não lugares" nos discursos e práticas governamentais. Na próxima seção é feito um breve relato desse processo de construção a partir da modalidade de mutirão, assim como serão analisadas as práticas que produziram a localidade, levando em conta reflexões em torno da organização social negra e utilizando a categoria *quilombo* a fim de tratar as temporalidades dessa experiência de moradia e circulação sobre os espaços urbanos.

Mutirão e quilombo como formas de fazer cidade

- 49 A história do Jardim União I se mistura com o vizinho União II, sendo este complemento à iniciativa avaliada como exitosa de construção do primeiro Conjunto, ambos entre os anos 1980 e 1990 por iniciativas de mutirão. Organizadas por meio de Sociedades

Comunitárias Habitacionais Populares (SCHP), essas localidades revelam uma dinâmica que envolveu programas governamentais e iniciativas de cunho comunitário, no período de emergência das mobilizações coletivas e arranjos de participação social.

- 50 Para o relato dessa experiência de urbanização, contamos para esta pesquisa com a contribuição de três representantes da SCHP Jardim União e de uma representante da SCHP Luiz Gonzaga. Sobre a SCHP Luiz Gonzaga, responsável pela construção do Conjunto Jardim União II, conversamos com Railda Girão, uma de suas lideranças. Para entender mais sobre a SCHP Jardim União, que deu origem ao Conjunto Jardim União, conversamos com Rogers da Silva, atual presidente da SCHP, e outros dois representantes: José Rosa de Andrade (chamado de Márcio) e Maria Lúcia Alexandre. Estes últimos foram responsáveis pela construção das primeiras casas na localidade e residem ali desde a sua fundação. Márcio conta um pouco sobre o início dessa história:

Nós viemos de várias comunidades: Serrinha, Parque Dois Irmãos, Montese, Itaoca, por ali... Várias comunidades, vários bairros. E aí você me pergunta, em que ano foi isso? Isso foi em 1986. [...] Tinham muitas pessoas, não era só eu e a Lúcia não. A gente se conheceu através de um senhor, que não sei nem se ele ainda existe. Ele ajudou muito a gente, foi ele quem juntou as pessoas pra ir pra um determinado conjunto. E aí você me pergunta, que conjunto era esse? Era um conjunto que estava abandonado e ficava ali perto do que, antigamente, chamavam de rampa, ali no lixão do Jangurussu. O nome de lá era Jardim Castelhão. (Márcio)

- 51 Foi no processo de ocupar as casas abandonadas do Jardim Castelhão¹³ que Márcio, Lúcia e o grupo que mais tarde iria compor a SCHP Jardim União se conheceram. No Castelhão, 466 casas foram ocupadas em menos de 24 horas, “pois muitas pessoas que observavam o movimento de ocupação¹⁴ também se juntaram para ocupar” (Márcio). Depois de alguns meses com as casas ocupadas um novo governador foi eleito e, segundo Márcio:

[...] Foi nessa época também que inventaram o mutirão, no Ministério das Cidades, eu acho, lá em Brasília. O Tasso [Jereissati] como governador sugeriu pra nós, mas nossa proposta era mesmo ficar naquelas casas, as casas [eram] de primeira, excelentes, todas bem acabadas, mas tinham sido feitas pra pessoas que trabalhavam em banco, pois na época tinha muito banco aqui no Ceará. Só que esse pessoal não queria ficar perto da rampa de lixo, pois vinha um mau cheiro e a saúde mesmo proibiu pela proximidade com o lixo, mas a gente queria. As casas já estavam cheias de mato quando a gente chegou. [...] O secretário Adolfo Marinho levou a proposta pro governador pra gente ficar com as casas, por que a gente queria comprar, mas o governador não quis vender as casas pra gente. Disse que ninguém ia ‘dar o peixe pescado’ e pediram pra gente procurar um terreno, seja do Estado ou da prefeitura, ou até um terreno particular que eles compravam e davam o dinheiro para o material pra gente construir. (Márcio)

- 52 Em 1987, o primeiro governo federal eleito - ainda que de modo indireto - em mais de vinte anos lançou um novo programa de moradia popular prometendo corrigir iniciativas anteriores, caracterizadas pela condução autoritária que, por efeito, ampliaram o déficit habitacional no país (Valladares, 1978). Ao invés disso, a nova empreitada atrelou a participação social não apenas aos projetos construtivos de habitação social, mas à sua própria execução. Vale ter em mente que naquela década, em nível nacional, era notado um aumento no número de ocupações de terras urbanas em razão da perda de capacidade de pagamento dos aluguéis, em consequência da forte crise econômica (Brandão, 2001).
- 53 Desse modo, o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais foi lançado sob novas diretrizes de atuação no campo das políticas públicas, transformando grupos de

reivindicação e mobilização em parte das engrenagens pelas quais se movia a oferta do serviço público. No caso da luta por moradia, agentes do Estado aproveitavam um aspecto central do *modus operandi* do público-alvo a fim de produzir habitação de modo mais barato. Considera Brandão:

Nessa atmosfera de protagonismo do discurso da participação, o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais traz alusões a antigas práticas de autoajuda. A receptividade da população e das lideranças ao Programa pode estar relacionada com o fato de a prática de mutirões ser comum dentre os membros das camadas populares. Por outro lado, sua aceitação pode estar também vinculada à importância atribuída à casa própria, e ao Programa do Mutirão como única possibilidade de sair da condição de favelado para morador de um conjunto. Ao apropriar-se da prática popular dos mutirões, o Governo também recupera e passa a utilizar aspectos relevantes da cultura tradicional, fruto de várias gerações (Brandão, 2001, p. 99-100, grifos nossos).

- 54 No caso da história de formação do Jardim União tal como contada por Márcio, ao afirmar a recusa em "dar o peixe pescado", o novo governador afastou a possibilidade não apenas de doar um conjunto de casas "bem acabadas", mas até mesmo vendê-las por meio de financiamento a seus ocupantes. A alternativa apontada por parte dos representantes do Estado frente à demanda por moradia era a de que procurassem um terreno para construção das casas, que deveriam ser feitas por eles mesmos. Para o cumprimento de tais etapas, estes teriam que criar em âmbito formal uma SCHP, pois essa era exigência para o recebimento e gestão de recursos públicos. Apesar de serem confundidas com associações de moradores, as SCHP "(...) são formadas com um objetivo e finalidade única, que é a construção em regime de mutirão, e se firmam com cláusulas preestabelecidas registradas num regimento interno" (Araújo, 2005, p. 80). Também contam com uma divisão de cargos semelhante a de empresas e que escapa do modelo das associações. Ainda assim se estabeleceram a partir dessa experiência associativa, ocupando grande parte das lideranças locais na função de gestores e executores de obras públicas.
- 55 Àquele momento, induzidos pelo governante estadual à condição de mutirantes no fito de alcançar o acesso à moradia, a ocupação do Jardim Castelão se viu dividida. Muitos não quiseram sair das casas ocupadas, e no final pouco mais da metade aceitou a empreitada proposta, em número aproximado de 240 famílias. Todo o trabalho de construção naquele território foi organizado pelos integrantes das SCHP. Márcio afirma que "nós criamos a Sociedade Habitacional e aí acabou que o governo liberou o dinheiro para todas as famílias, mesmo as que não aceitaram sair do Jardim Castelão. E aí foi outro trabalho pra gente, fomos atrás de gente em todo canto, nas favelas, beira de lagoa, no Pirambu...".
- 56 Lúcia complementa afirmando que:
- O governo também mandou né, Márcio. Mandou 20 e poucas famílias de uma comunidade, da Maravilha, Parque do Vaqueiro, Alvorada... Só do Alvorada foram 70 famílias. Tinha uma família grande também ali embaixo do viaduto da Santa Casa, quando ainda não tinha aquele hotel lá, e nós trouxemos eles também de lá. Aí conseguimos e sempre falando pro pessoal que eles iam, mas iam ter que trabalhar, não ia ser de graça não. (Lúcia)
- 57 Além de fazer a busca por famílias, as lideranças também gerenciavam o sistema de trabalho, contabilizavam as horas, controlavam a entrada e saída dos instrumentos utilizados, guardavam recibos e notas fiscais para a prestação de contas, além de trabalhar na construção, conforme relembra Márcio:

Aí vamos ver o sistema de trabalho para esse pessoal fazerem as casas deles. [...] Eu falei pro pessoal: 'Vamos trabalhar sábado e domingo, quanto mais rápido a gente fizer as casas, mais rápido a gente entra. E nós vamos entrar nas casas, não precisa estar toda acabadinha não. Fechou a porta, dá pra ser rebocada e tem coberta, a gente já pode entrar'. A maioria do pessoal aceitou, ninguém brigava apesar das diferenças. [...] A gente ia construindo e ninguém sabia qual ia ser a sua casa, a gente botou os nomes tudo numa sacola, a pessoa ia puxar e ia ser a casa que sorteou. Não tinha negócio de escolher o que era do lado do sol, nada disso, pra não ter constrangimento. [...] Nós entregava o material de manhã pra pessoa e anotava, no final do dia a pessoa ia devolver e assinava. Computava as horas das pessoas que vinham, que tinha que dar 24 horas por semana. (Márcio)

- 58 Assim, em 1987 começava a construção do primeiro Conjunto Habitacional em regime de mutirão do Ceará, de acordo com as próprias lideranças. No dia 28 de agosto de 1987, após um ano do repasse de recursos do governo, foi entregue a primeira etapa do conjunto com 140 casas. Nos meses seguintes continuaram a construir a fim de atender 500 famílias. A fundação do Conjunto é datada oficialmente no dia 2 de dezembro de 1987, conforme placa comemorativa que se encontra na sede da SCHP, ilustrada na foto abaixo:



Figura 2 - Placa comemorativa de fundação do Conjunto Jardim União (situada na sede do SCHP)

Fonte: Barbosa, 2021

- 59 Conforme as casas iam sendo entregues a seus moradores, o governo sugeriu que a SCHP Jardim União prolongasse o projeto de construção do Conjunto, como lembra Márcio:

O governo viu que a gente tava desenvolvendo bem e queria que a gente ampliasse a construção das casas, mas a gente não quis. Vieram outras pessoas, querendo somar na construção, mas a gente não tinha mais como assumir. E aí eles criaram outra

SCHP, chamada SCHP Luiz Gonzaga e fizeram o mesmo processo pra construir as casas do que hoje é o Jardim União II. (Márcio)

- 60 O Conjunto Jardim União II, portanto, se funda a partir da SCHP Luiz Gonzaga, com 185 famílias. Em contato com uma das lideranças, Railda, nos conta:

A Sociedade Luiz Gonzaga foi criada em 1991 para a construção das casas do Jardim União II em regime de mutirão, a qual eu fui uma das lideranças, juntamente com outras duas pessoas que agora me foge o nome da memória. As outras duas lideranças não moram mais no Conjunto, somente eu. O governo da época doou o terreno e o material e as lideranças e os moradores foram construindo. Não tinha água, nem luz, mas aos poucos a gente foi conseguindo. E hoje está como todo mundo vê. (Railda)

- 61 A história urbana por meio de mutirões explica as delimitações de onde começa um Conjunto e termina o outro. Para além disso, as duas localidades apresentam semelhanças físicas e paisagísticas, mas é possível notar que o Conjunto Jardim União II possui casas com estrutura mais precária e ruas sem calçamento quando comparado ao União I. A imagem elaborada a seguir, em colaboração com Márcio, Lúcia e Roger, destacam os limites do Conjunto Jardim União I (azul escuro), Conjunto Jardim União I (amarelo) e o Bangu, área caracterizada por um campo de futebol e assim conhecida pelos moradores em vista da contiguidade a três unidades socioeducativas.

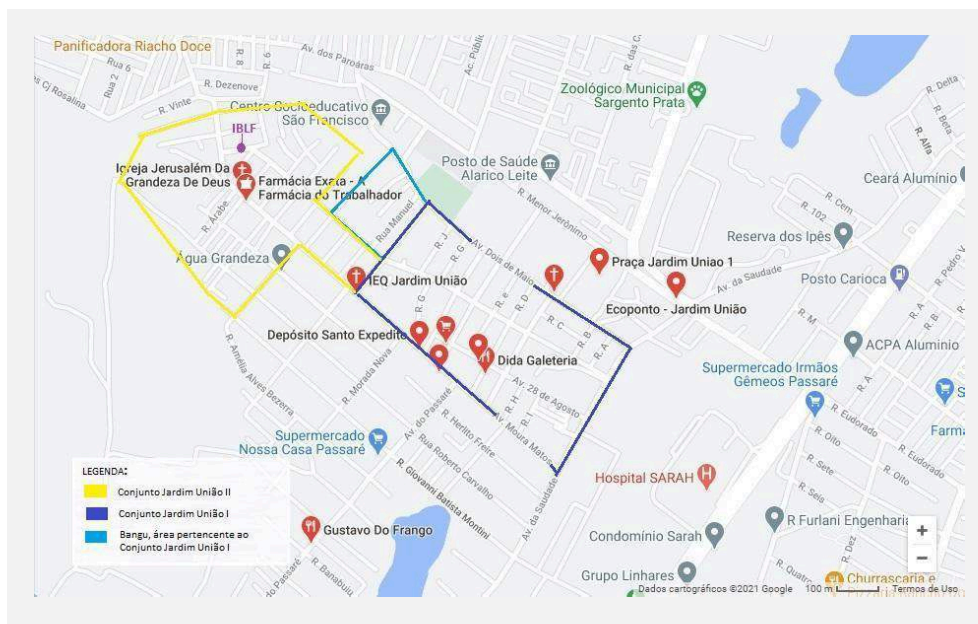


Figura 3 - Mapa ilustrativo do Conjunto Jardim União I, II e a área do Bangu

Fonte: Reprodução Google Maps, inscrição dos autores

- 62 Esses moradores reforçam que a construção das casas não foi a única provisão para o qual trabalharam na localidade. Ao concluírem suas casas, não havia oferta de rede e serviços de água, energia elétrica e esgoto, o que caracterizaria as condições mínimas para moradia. Além disso, escolas, igrejas, supermercados e outros aparelhos de infraestrutura para o local só chegaram depois. Toda a iniciativa para que esses serviços estivessem disponíveis aos moradores partiu dos próprios mutirantes por meio da SCHP, conforme relata Lúcia:

O esgoto também foi feito todo em regime de mutirão, foi cavado pelos moradores. A água também foi cavada pelos moradores, as valas, a gente cavou mais de 1,5 km daqui do conjunto. Foi muito trabalho e era na época de agosto pra setembro, tava muito seco. Cada um tinha que cavar 5 metros e a empresa veio e só instalou os

materiais. Antes de chegar o esgoto, nós mesmos que tivemos que fazer a fossa porque precisava mesmo. Nós que fizemos os anéis da fossa. Também compramos uns postes e a Coelce veio e instalou a energia. (Lúcia)

- 63 Ao descrever a formação do espaço do Conjunto a partir dessas trajetórias, não pretendemos romantizar a experiência dos mutirões. Para além da escala valorativa, importa considerar essa prática como característica das margens do Estado, inscrita no campo da ilegibilidade das formas de gestão de populações e territórios (Das; Poole, 2004). Nesse sentido, a construção de casas por mutirão se revela como um regime de trabalho não pago que contribui para que o Estado se isente do custo sobre o contrato de empreiteiras e construtoras. Ao invés disso, se utiliza de modo deliberado do trabalho daqueles que demandam direitos. É um trabalho pouco percebido e valorizado, mas que "(...) é parte do cálculo do Estado, viabilizando a construção de moradias para a população de baixa renda, pelo uso do seu próprio tempo e de sua própria força de trabalho, calculada por um lado e invisível, por outro." (Risek, Bergamim, Barros, 2003, p. 16).
- 64 Enquanto iniciativa de produção habitacional, o que observamos no Jardim União é que a própria SCHP foi responsabilizada também pela construção de redes de infraestrutura urbanística na localidade. Ao mesmo tempo em que era explorado de modo sistemático o trabalho dessas pessoas, também acabavam sendo restritas suas possibilidades de vocalizar as críticas aos projetos. Ou seja, na medida em que eram participados da ação estatal na condição de executores de obras, a população teve sua autonomia afetada por essa condição.
- 65 Para Risek, Bergamim e Barros (2003), os moradores mutirantes acabaram desempenhando uma espécie de gestão das precariedades, entre a falta de casa - e de cidade - e a desresponsabilização do Estado frente a isso. Como efeito, a própria necessidade se converteu, de modo perverso, em razão pelo qual não podiam se expressar.
- 66 Dinâmicas de produção de espaços como o Conjunto Jardim União, contudo, vão além da condição de uma certa prática do Estado, caracterizada por uma lógica de gestão urbana feita "às margens" e pelas quais se atualizam práticas racistas anti-negras no desenho de políticas urbanas e práticas de repressão e ordenamento (Paterniani, 2016).
- 67 Aprofundar as dimensões raciais imbricadas às formas de fazer cidade nos conduz a reflexões em torno dos tempos e espaços que atravessam a constituição dessas territorialidades. Ao seguir a proposta de Beatriz Nascimento de tomar o quilombo enquanto categoria de análise é que consideramos a história do Jardim União, conjunto habitacional da zona sul de Fortaleza, como a história de um sistema social alternativo organizado por pessoas negras.
- 68 Em pesquisa concluída em 1981, a autora indica desde aquele momento a necessidade de compreendermos as continuidades históricas entre formas de resistência realizadas por negros durante o regime escravista e as práticas inscritas na atualidade. No caminho investigativo até hoje pouco explorado em torno dessas dimensões, Nascimento identifica que o quilombo conserva grande peso simbólico nas conexões estabelecidas entre passado e presente, a despeito de ser pouco conhecido enquanto fenômeno social e histórico.
- 69 Entende a historiadora que reimaginar os quilombos torna imprescindível um exercício de distanciamento frente às formas exotizadas e romanceadas com que têm sido

representados nos conteúdos didáticos escolares. "A linha de continuidade a ser estabelecida descarta a conceituação do quilombo como projeto insurrecional, como contestação da ordem social, retendo o sentido de sistema alternativo baseado na autodefesa e na resistência como forma política", adverte Nascimento (2021, n.p.).

- 70 Em crítica às simplificações em torno do quilombo, realizadas por uma historiografia que atribui ao termo a condição de refúgio de negros afeitos à liberdade e até mesmo a "necessidade tribais" de retorno à vida na "aldeia", a autora pondera que os quilombos são sistemas sociais perenes e comuns à escravidão, dispersos sobre o território colonizado. Ademais, indica que são os quilombos uma primeira forma de centralização em termos de estado nas terras hoje chamadas de Brasil, afinal, antes mesmo da independência da colônia, alcançada em 1822, os quilombos já figuravam como comunidades centralizadas e autossuficientes, independentes:

(...) o que difere entre quilombos do século XVII dos demais era a possibilidade de grupos e etnias comuns ainda poderem ser encontrados num espaço territorial e voltados para um tipo de economia, o que dá a medida de risco que representavam para o sistema colonial. Podemos mesmo afirmar que estes quilombos são o primeiro momento da nossa história em que o Brasil assim se identifica enquanto Estado centralizado. (Nascimento, 2006, p. 121).

- 71 Isto posto, para a autora ainda que conectado ao sistema de exploração do trabalho escravo na condição de "sistema social alternativo" no Brasil, Nascimento pondera que os quilombos não se extinguiram no final do século 19:

Nos documentos referentes à correspondência do chefe de polícia do Rio de Janeiro com o ministro da Justiça e Negócios Interiores, no século XIX, vários territórios que naquela época compreendiam 'quilombos' são atualmente favelas ou ex-favelas com grande contingente de população negra (de menor poder aquisitivo), assim como segmentos populacionais de outras etnias com a mesma origem e classe" (Nascimento, 2021, n.p.).

- 72 Em diálogo com a abordagem teórica do inglês Eric Hobsbawm, a pesquisadora enquadra os quilombos como um tipo de movimento social "arcaico", disposto a grupos subordinados quando introduzidos à força em um contexto social distinto. Na condução do tempo, passam a conhecer as instituições com as quais estão envolvidos e atuar, através de negociações em momento de "paz", na condição de "sistema social alternativo".

- 73 Em vista de sua continuidade após 1888, autores como Alfredo Almeida (2002) e Carlos Eduardo Marques (2009) têm apontado para um enquadramento mais dinâmico sobre os quilombos, refutando suas leituras como rescaldo ou resquício histórico do regime escravocrata. Na perspectiva desses autores, a superação de um olhar "frigorificado" sobre os quilombos permite maiores alcances interpretativos em relação às possibilidades de compreender a organização da vida social na atualidade. Desviando de formas de essencialização, a aposta teórica aponta para outra direção: "Na versão ressignificada, o termo *remanescentes de quilombo* exprime um direito a ser reconhecido em suas especificidades e não apenas um passado a ser lembrado. Ele é a voz da cidadania autônoma destas comunidades" (Marques, 2009, p. 350).

- 74 Considerando o percurso histórico que nos conduz à atualidade, Nascimento avalia que a mudança de regime de produção e organização do trabalho foi a principal transformação nas relações estabelecidas entre as territorialidades negras e urbanas. Insistindo nas continuidades que marcam tais experiências de cidade, a autora formula hipóteses para aprofundamento investigativo, dentre elas reconhecendo haver indícios

para considerar que "as áreas territoriais onde se localizaram os quilombos no passado supõem uma continuidade física e espacial, preservando e/ou atraindo populações negras no século XX" (Nascimento, 2021, n.p.).

- 75 Questão recorrente de seus escritos, os *quilombos urbanos* são apresentados não apenas sob a chave de uma caracterização étnico-racial da sua população, mas também pelas relações estabelecidas com as formas institucionais dominantes, justificando sua condição principal de "sistema social alternativo". O Quilombo do Jabaquara é tomado por Beatriz Nascimento e também pela urbanista Raquel Rolnik (1987) como um exemplo paradigmático dos arranjos possíveis e das variações sensíveis ao surgimento e ocupação dessas localidades frente ao empreendimento colonial. Localizado na baixada de Santos, a ocupação do Jabaquara teria sido organizada pelas campanhas abolicionistas que buscavam desestabilizar a organização do trabalho na província de São Paulo. Dessa forma, seria este o caso de um quilombo feito por homens e mulheres livres, mobilizando o imaginário de pessoas escravizadas em relação à "terra prometida".
- 76 Tomando a história por meio de diferentes experiências, é de se considerar que os quilombos "(...) não obedeciam sempre ao mesmo quadro institucional. Há diferenças entre eles, que vão desde a conjuntura histórica em que surgiram e fato implicando maior ou menor organização, até suas diferenças na estrutura interna" (Nascimento, 2021, n.p.). Destarte, ao invés de interpretá-los a partir de distanciamento e até mesmo oposição em relação às formas políticas dominantes, os quilombos se realizam por meio de relações complexas e imbricadas às possibilidades de sobrevivência e realização da vida por parte da população negra.
- 77 O Jardim União nos revela uma história de produção do espaço conduzida pelas mãos de seus viventes, movimentada de modo paradoxal pela branquidade do Estado que se projetava de forma "democrática" pela incorporação de conhecimentos, técnicas e força de trabalho de grupos não brancos. As próprias palavras que caracterizam essa forma de produção do espaço remetem a um léxico distinto ao da cidade planejada. Mutirão, por exemplo, é termo tupi utilizado em referência ao "trabalho em comum", acionada no imaginário social a fim de dar nomes a situações de ajuda mútua prestadas de forma gratuita. Não existe essa categoria na língua do colonizador, como se percebe. Assim como quilombo, provido da língua bantu, que quer dizer povoado, mas também fortaleza. Nesse sentido, Jardim União é, como o próprio nome anuncia, uma fortaleza feita em comum. Além disso, como os quilombos de outrora, é composto como espaço de vida por uma maioria populacional negra, produzido pelo trabalho e luta de um grupo compreendido como mais matável (?) e menos digno de acordo com os aparatos do Estado (Mbembe, 2018).
- 78 Em uma sociedade que compreende corpos racializados em antítese à noção de humanidade, bairros negros e os quilombos urbanos têm simbolizado uma história urbana de autodefesa e resistência. Tomar o Jardim União sob esses termos torna explícito, por um lado, as políticas de morte e as estratégias de higienização postas em curso nos últimos séculos, ao passo que tematiza as táticas de organização e de luta engendradas por essa população, na busca por diferentes modos de alcançar o acesso à moradia e condições mínimas, acenadas e quase nunca realizadas no bojo da ordem contemporânea.

Considerações finais

- 79 Neste artigo cotejamos a experiência de formação do Conjunto Jardim União por meio dos sentidos analíticos atribuídos às categorias *bairro negro* e *quilombo urbano*. Desviando das usuais apreensões sobre as cidades por chaves teóricas que privilegiam a dimensão da organização social por meio do trabalho e das teorias das classes sociais, evidenciamos neste caso a questão racial a fim de abordar aspectos ainda pouco explorados do nosso padrão urbano, marcado por longas e intensas formas desiguais de condições de vida.
- 80 Para isso, tais conceitos foram acionados a fim de levar em conta as configurações que tornaram possível a história urbana da localidade. Mais do que uma caracterização da população residente em termos identitários, o uso dessas categorias aciona sentidos analíticos próprios. De acordo com Cunha Junior (2020a), *bairro negro* denota uma forma de produção espacial alijada do planejamento racional, formal e dinamizado pelas instituições oficiais e seus saberes. Portanto, mais do que um grupo racial, a condição de *bairro negro* explicita assimetrias produzidas por formas de gestão sobre os espaços da cidade, que produzem e reproduzem assimetrias sociais e econômicas. Ao mesmo tempo, o sentido de *quilombo urbano* tal como trabalhado por Beatriz Nascimento (2006, 2021) atribui positividade a essa experiência urbana, em destaque à condição de "sistema social alternativo" realizado para a autodefesa das populações negras.
- 81 A pesquisa de Maria Estela Rocha Ramos (2013) formula uma categorização de *bairro negro* partindo da ideia de que este é uma lacuna nos estudos do urbano brasileiro. Para tratar do tema, a autora faz opção por dialogar com autores como Muniz Sodré e Henri Lefebvre. A partir do primeiro autor, a autora destaca a centralidade dos terreiros na configuração espacial da experiência diaspórica, ao passo que o filósofo adverte às condições da produção dos espaços na ordem capitalista. A partir de Lefebvre, Ramos (2013) pondera que o *bairro negro* está fora da institucionalização das cidades e, por isso, "(...) não está submetido às imposições das leis e instituições, sendo constituído pelo conhecimento orientado sobre/por uma prática" (p. 73). Chamando atenção para as especificidades desses espaços, continua a autora: "O *bairro negro*, a partir das referências do terreiro, é uma forma de organização espacial, diversa da lógica que orienta a das relações de produção, mas que também as incorpora, a partir do lúdico, das trocas, do valor de uso: a obra." (p. 73).
- 82 Para um estudo sobre o *bairro* do Engenho Velho da Federação, em Salvador, a pesquisadora toma de privilégio as narrativas de moradores acerca da história local, revelando a pouca relevância que esses espaços têm encontrado nos registros documentais e na produção intelectual sobre as cidades. Acomodando esses enquadramentos analíticos, considera Ramos que
- O *bairro negro* é decorrente de uma história coletiva que explora possibilidades de uma criação autônoma pela forte expressão cultural afro-brasileira, embora condicionada aos contextos brasileiros. Entendemos o *bairro negro* também como um território construído a partir dos saberes dos moradores fundadores, que construíram, de certa forma, com êxito, estratégias de solidariedade e de relações sociais (Ramos, 2013, p. 194).
- 83 Ao ouvir pessoas fundadoras do Conjunto Jardim União e levar a sério suas experiências de formação da localidade, se tornou possível romper silêncios investigativos a respeito

das cidades e acenar para aspectos convergentes entre a história local e esses sentidos conceituais. Até então alheias à agenda da política institucional, essas pessoas se mobilizaram a fim de realizar seu próprio acesso à moradia, e para isso precisaram negociar com formas de ordenamento dominantes, mantendo ao mesmo tempo um modo organizativo que preservasse a consecução dos seus objetivos. Ainda que figurasse enquanto "não lugar" antes mesmo de sua formação, o Conjunto foi criado a partir de um "sistema social alternativo", tecido pelas possibilidades de mediação com as instâncias representativas de um Estado historicamente racializado.

- 84 Nosso caso, longe de generalizar as experiências de formação dos *bairros negros* e *quilombos urbanos*, refletimos algumas das condições de possibilidade garantidas a esses grupos nas capacidades de negociação frente às lógicas de ordenamento essencialmente anti-negras. O recurso ao mutirão como modalidade construtiva da localidade traz à vista uma prática inscrita "à margem" do Estado, e que é ao mesmo tempo "central" à compreensão das relações entre agentes governamentais e grupos racialmente minoritários.
- 85 Atravessando essas temporalidades, os acionamentos dessas categorias nos fazem entender de maneira mais explícita as continuidades entre a experiência colonial e a realidade contemporânea que tem conduzido a produção das cidades. Indo além do nosso Conjunto, a própria cidade de Fortaleza denota essas permanências, ilustradas no imbricamento entre negócios do tráfico de escravizados e a assunção do capital imobiliário para o bairro da Aldeota, ou nas propriedades fundiárias que se prolongam do século 19 (quem sabe até antes), sob as mesmas mãos até os dias atuais.
- 86 Consideramos que os rendimentos teórico-analíticos alcançados por uma leitura racializada das cidades nos direcionam a questões relevantes quanto ao tema da formação e gestão dos espaços, necessárias à compreensão das desigualdades sociais dos dias passados e também atuais. Se no curso de décadas as experiências de populações negras têm sido dinamizadas por movimentos de territorialização e segregação (Oliveira, 2008), jogar lupa sobre tais processos figuram possibilidades de tratar os espaços das cidades sob outras chaves interpretativas, contribuindo para um olhar complexo e sensível em torno das territorialidades por meio das linhas de força que operam sobre ações políticas e formas de ordenamento.

BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

_____. **Do direito à cidade ao fazer-cidade**. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, v. 21, p. 483-498, 2015.

_____. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. *Mana*, 7(2):7-33, 2001.

ALMEIDA, Alfredo. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliana C. (org.), *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, pp. 83-108, 2002.

ARAÚJO, Maria Selma. **Os donos da casa: das políticas de habitação aos significados da moradia**. Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/maria_selma_de_castro_araujo%5B1%5D.pdf>. Acesso: 13 mar. 2021.

BACHELARD, Gaston. O novo espírito científico. São Paulo: Abril Cultural (**Coleção Os Pensadores**), 1978.

BARBOSA, Ana Larisse Santos. **O ensino de música em margens urbanas**: um estudo acerca das(os) jovens egressas(os) do Instituto Beatriz e Lauro Fiuza. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2022.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1998.

BRANDÃO, Fatima Regina Lopes. **A elaboração do saber nas lutas por moradia** - um estudo sobre ocupações de terrenos em Fortaleza. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3076/1/2001_Dis_FRLBRANDAO.pdf. Acesso: 01 mai. 2022.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 11, n. 1, pp. 57-74, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000100004>>. Acesso: 17 mar. 2021.

CUNHA, Aurineida Maria. Cidade e questão social no capitalismo: em cena, Fortaleza, a Miami do nordeste. **Políticas Públicas**, São Luis, v. 12, n. 2, p.65-73, jul. 2008.

CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel (orgs.). **Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina / FAPERJ, 2013.

CUNHA JUNIOR, Henrique. História e Memória de Bairros de Maioria Afrodescendentes. In: José Gerardo Vasconcelos; Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior; Zuleide Fernandes de Queiroz; José Edvar Costa de Araújo. (Org.). **Interfaces Metodológicas na História da Educação**. Fortaleza: Edições da UFC, 2007, v. 1, p. 77-89.

_____. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil. **Revista Crítica e Sociedade**, v. 10, n. 1, 2020a.

_____. **Espaço Público, Urbanismo e Bairros Negros**. Editora Appris, 2020b.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins. In: _____ (orgs.). **Anthropology in the Margins of the State**. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70. RJ: Relume-Dumará, 1995.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A Dívida Impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política/Living Commons/A Casa do Povo, 2019.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. Sociabilidade e solidariedade dos negros livres e escravos no Ceará do Séc. XIX. DOCUMENTOS. **Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará**: Afro-brasileiro. 1. ed. Fortaleza: Secretária de Cultura do Estado do Ceará, v.1, p. 91-121, 2009.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR). **Revista Fortaleza** 2040. v.3, n.1, 2015. Disponível em: < https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040_revista-fortaleza-olhar-dos-bairros_15-09-2015.pdf>. Acesso: 17 mar. 2021.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CORREA, Diogo Silva. As novas tendências na teoria social contemporânea. Uma introdução. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 123, 2020. Disponível: <<http://journals.openedition.org/rccs/11056>>. Acesso: 17 mar. 2021.

- GARCIA, Antonia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais:** Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** Ensaio, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar. 375 p, 2020.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio; DAVIES, Frank Andrew. Alegorias e deslocamentos da categoria subúrbio carioca nos estudos das Ciências Sociais (1970-2010). **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.08, n. 02, p. 457-482, 2018.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- MAIO, Marcos Chor. **A história do Projeto Unesco:** estudos raciais e ciências sociais no Brasil. 1997. Tese (Doutorado) — IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.
- MARTINS, José de Souza. Subúrbio e periferia, antinomias do urbano. In: **A aparição do demônio na fábrica.** São Paulo: Editora 34, p. 43-62, 2008.
- MARQUES, Carlos Eduardo. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista De Antropologia**, n. 52, v. 1, p. 340-37, 2009.
- MATOS, Fábio Oliveira. A cidade e o mar: considerações sobre a memória das relações entre Fortaleza e o ambiente litorâneo. **Geografia Ensino e Pesquisa**, v. 15, n. 1. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7378>>. Acesso: 13mar. 2021.
- MATTOS, Geísa. O luxo da Aldeia: a produção social de lugares da branquitude em Fortaleza. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 21, p. 28-40, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60198>>. Acesso: 17 mai. 2022.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NASCIMENTO, Abdas. **O Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 281 p., 1980.
- NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra. In: RATTTS, Alex. **Eu Sou Atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006.
- _____. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos.** RATTTS Alex (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo:** as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PATERNIANI, Stella Zagatto. Da branquidade do Estado na ocupação da cidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 91, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.17666/319109/2016>>. Acesso: 17 mar. 2021.
- RAMOS, Maria Estela Rocha. **Bairros negros: Uma lacuna nos estudos urbanísticos** - Um estudo empírico-conceitual no bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2013.
- RANGEL, Gláucio. **Políticas Públicas de Habitação:** uma análise do Preurbis na comunidade Boa Vista em Fortaleza/CE. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

RIZEK, C; BERGAMIM, M.; BARROS, J. A política de produção habitacional por mutirões auto-gestionários: construindo algumas questões. **Anais do X Encontro Nacional Anpur**. Disponível em: <https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/10/ART-02_-A-POLITICA-DE-PRODUCAO-HABITACIONAL-POR-MULTIROES-AUTOGESTIONARIOS.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, n. 17, 1989.

SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana racial na cidade de São Paulo. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2006.

SANTOS, Renato Emerson (org.) **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ:DP; Brasília: ABPN, 2012.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do Programa de Remoção de Favelas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WHITAKER FERREIRA, José. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. **Anais do Simpósio** "Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização", UNESP Bauru e SESC Bauru, 2005.

NOTAS

1. Seguindo as formulações de Gaston Bachelard (1978), nosso argumento inicial se faz na ideia de que há um necessário trabalho de invenção implicado à produção do conhecimento científico, e portanto a realidade não está "dada" aos sujeitos de modo prévio à observação e análise, mas é ela mesma construída por esses agentes através de experiências sociais, desdobradas na formulação de hipóteses e condução de verificações orientadas.

2. Não será necessário omitir o nome das pessoas que concederam entrevista, visto que elas autorizaram a utilização de seus nomes verdadeiros e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Portanto, suas falas serão diferenciadas a partir da utilização de seus respectivos nomes.

3. Uma delas e das mais notórias é o estudo sobre o gueto negro realizado por William Edward Burghardt "W. E. B." Du Bois, que levou à publicação do livro *The Philadelphia Negro: a social study* já em 1899. Este trabalho é pioneiro não apenas entre as pesquisas urbanas mas na própria produção sociológica realizada nos Estados Unidos.

4. A questão racial persiste no pensamento social brasileiro como elemento central de interpretação sobre a sociedade brasileira desde o século 19, entretanto os aspectos espaciais dessa experiência pouco foram considerados em relação às relações raciais até os anos 1930 e 1940, a partir de trabalhos como o de antropólogos como Gilberto Freyre e Ruth Landes. Contudo, a publicação em 1959 de *Rebeliões da Senzala*, de Clovis Moura, inaugurou um conjunto de estudos sobre a situação do negro brasileiro em diálogo com a teoria marxista de classes, e também na década de 1950, estudos financiados pela UNESCO ensaiaram análises sobre as relações raciais no Brasil, em resposta à tese de "democracia racial" propalada pela recepção do livro de Gilberto Freyre no bojo do pós-Segunda Guerra Mundial. Cf. Maio, 1997.

5. A despeito disso, consideram os antropólogos Neiva Vieira da Cunha e Gabriel de Santis Feltran (Cunha; Feltran, 2013, p. 11) que "invariavelmente, entretanto, [periferia]

trata-se de categoria marcada por *valorização*, seja a do universalismo dos direitos e cidadania, seja nos juízos formulados entre os polos da *acusação* da violência, criminalidade e drogadição, mais comuns no discurso jornalístico e das elites, e da *celebração* da dignidade, resistência, crítica e luta dos que se identificam como periféricos" (grifo dos autores).

6. A Lei de Terras promulgada em 1850 reconfigurou a propriedade fundiária no Brasil, tendo prevalecido até aquele momento a falta de valor comercial da terra, uma vez que era propriedade da Coroa e seu uso favoreceu a hegemonia de uma classe privilegiada. A partir da nova Lei o bem imóvel passa a ser mercadoria, ao que as terras não ocupadas se tornam públicas. Cf. Whitaker Ferreira, 2005.

7. Períodos de forte estiagem no sertão entre final do século XIX e primeira metade do século XX, aumentaram o fluxo migratório em direção a Fortaleza, àquele momento em crescimento pela atividade portuária aquecida com a exportação do algodão. A seca de 1877 se prolonga e é uma das piores da história do Ceará, acompanhada de um surto de varíola que atinge a capital do Estado. Cf. Costa, 2004.

8. Já no século 20, entre 1915 e 1932, a administração do Estado construiu oito campos de concentração localizados estrategicamente nessas rotas de migração, a fim de evitar a chegada dos "flagelados". Construídos de forma provisória, apenas o campo da cidade de Senador Pompeu se mantém parcialmente preservado. Cf. NASCIMENTO, Thatiany, G1 CE. Campo de concentração onde 'flagelados da seca' eram aprisionados é tombado no Ceará (29/11/2019). Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/07/20/campo-de-concentracao-onde-flagelados-da-seca-eram-aprisionados-e-tombado-no-ceara.ghtml>. Acesso: 17 mar. 2021.

9. "Aldeia, Aldeota / Estou batendo na porta / Pra lhe aperrear, pra lhe aperrar / Eu sou a nata do lixo / Eu sou o luxo da Aldeia / Sou do Ceará" . Ao destacar um trecho da composição Terral, gravada por Ednardo em 1973, Mattos (2022, p. 32) considera que "(...) o bairro aparece também em forma metonímica como o “luxo da Aldeia” ao mesmo tempo em que é ironizada como “a nata do lixo”. O compositor, incomodado naquela época com a segregação social na cidade, provocava, usando a linguagem local: “estou batendo na porta pra lhe aperrear”.

10. O documento é fruto do Plano Fortaleza 2040, uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza coordenada pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) para elaborar um plano de desenvolvimento urbanístico, social e econômico que oriente as ações públicas e privadas para construção de uma cidade com alta qualidade de vida e ampla oportunidade de negócios pelos próximos 25 anos. Mais informações disponíveis em: <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040_revista-fortaleza-olhar-dos-bairros_15-09-2015.pdf>.

Acesso em 24 abr. 2022.

11. Helder Carlos Cunha tem 21 anos, morador da comunidade Riacho Doce, localizada no Bairro Passaré, próximo ao Conjunto Jardim União. Iniciou sua produção artística digital há pouco mais de um ano e faz disso sua profissão, tendo a rede social *Instagram* como principal difusor de suas obras. Durante o período de pandemia, participou de diversas exposições digitais como na Rolling Stone BR e no Museu de Arte de São Paulo (MASP).

12. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CFfrnl1FiUV/>>. Acesso: 25 mar. 2021.

13. Sobre este conjunto habitacional não foi possível encontrar nenhum jornal da época que comprovasse sua construção, nome da construtora ou outros dados além do que falam os interlocutores. A localidade Jardim Castelão ainda existe e foi fundada, como veremos a partir destas casas já construídas. Com o passar do tempo, mais pessoas chegaram àquela localidade a fim de construir suas residências, seja de forma regular ou irregular.

14. Como os relatos apontam, não houve uma organização para essa atividade, tendo o termo "movimento de ocupação" um sentido descritivo, atribuído à ação pouco articulada de tomada dessas moradias já construídas.

RESUMOS

O presente artigo se origina de pesquisa realizada entre 2020 e 2022 no Conjunto Jardim União, localidade da cidade de Fortaleza-CE, Brasil. Partindo da história local, apresentamos o Conjunto como um caso possível de produção das cidades, entremeado a lógicas de ocupação articuladas a um passado colonial e a atualização de mecanismos de manutenção das desigualdades operados com base na noção de raça. Através de um exercício reflexivo de caracterização desse espaço enquanto *bairro negro* e *quilombo urbano*, consideramos os rendimentos teórico-analíticos ao se levar em conta a formação das cidades sob o prisma das experiências raciais. Explorando temas e problemas pouco trabalhados sob outras perspectivas, pretendemos contribuir para um olhar complexo e sensível em torno das territorialidades negras, indicando linhas de força que operam sobre ações políticas e formas de ordenamento.

This article originates from a research carried out between 2020 and 2022 in Conjunto Jardim União, Fortaleza-CE, Brazil. Considering local history, we present the Conjunto as a possible case of production of cities intertwined with logics of occupation articulated to a colonial past and the updating of mechanisms of inequalities based on the notion of race. Through a reflective exercise of characterization of this space as a *black neighborhood* and *urban quilombo*, we take account of the theoretical-analytical results when considering the formation of cities through the prism of racial experiences. Exploring themes and problems that have been little explored from other perspectives, we intend to contribute to a complex and sensitive look at black territorialities, indicating lines of force that operate through political actions and forms of ordering.

ÍNDICE

Keywords: black territoriality, racial segregation, urban formation, mutirão, Fortaleza

Palavras-chave: territorialidade negra, segregação racial, formação urbana, mutirão, Fortaleza

AUTORES

ANA LARISSE SANTOS BARBOSA

Mestre em Sociologia e Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Legislação Social, Políticas Públicas e Trabalho Social pela Faculdade do Maciço de Baturité.

Fortaleza, Ceará, Brasil.

larissesantosb@gmail.com.

ORCID: /0000-0003-1564-3028

FRANK ANDREW DAVIES

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade, ambos da Universidade Vila Velha

Vila Velha, Espírito Santo, Brasil.

daviesfr@gmail.com

ORCID: /0000-0001-7340-627X

GUILHERME MARCONDES DOS SANTOS

Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará.

Fortaleza, Ceará, Brasil.

gui.marcondesss@gmail.com

ORCID: /0000-0001-6114-7944